

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES DO ESPÍRITO SANTO

Ana Ivone Salomon Marques
Guilherme Lucas Barcelos
Sabrina Caliman Tana

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES DO ESPÍRITO SANTO

Ana Ivone Salomon Marques
Guilherme Lucas Barcelos
Sabrina Caliman Tanaka

RESUMO

Um desenvolvimento equilibrado e sustentável para o Estado do Espírito Santo no longo prazo é o compromisso estabelecido para o Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades. O Plano deve delinear respostas as necessidades de desenvolvimento regional, por intermédio da construção de uma rede de cidades equilibrada através do fortalecimento das cidades pólo regionais, gerando pelo efeito de transbordamento, maior dinamismo aos municípios do entorno. O desenvolvimento da cadeia de serviços é focado nas complementaridades que atendem a sua própria demanda e aquelas provenientes da sua área de influência. O Plano permitirá a alocação adequada, de acordo com as realidades regionais, dos investimentos e das políticas públicas e privadas.

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO.....	3
REDES URBANAS BRASILEIRAS.....	5
REDE URBANA CAPIXABA.....	7
REDE DE CIDADES NO ESPÍRITO SANTO 2025.....	8
REDE DE CIDADES NO DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 2007-2010.....	12
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado do Espírito Santo nos últimos anos tem apresentado um quadro positivo e bem sucedido com relação ao cumprimento da agenda estabelecida pelo governo eleito, ou seja, a retomada da estabilidade e da confiabilidade político-institucional. Assim, no período de 2003-2008, foram alcançados resultados expressivos, destacando o Estado em diversos aspectos no cenário nacional, como redução da pobreza, aumento da renda, geração de empregos, crescimento da indústria e recuperação do equilíbrio fiscal e da capacidade de investimento com recursos próprios.

Outro ponto importante deste período foi a reforma da administração pública capixaba, que enfoca à valorização e qualificação do servidor público, à inovação em termos de processos de trabalho, métodos de gestão e serviços, e à mudança cultural centrada na ética, na qualidade e na orientação das ações governamentais no sentido de gerar resultados efetivos para a sociedade.

Nesse sentido, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, que como plano estratégico de longo prazo, indica a agenda a ser empreendida pelos atores sociais públicos e privados visando a materialização do terceiro ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo nos próximos vinte anos. Constitui-se em importante instrumento de integração e convergência das ações e iniciativas estratégicas das principais forças políticas, econômicas e sociais capixabas em busca do desenvolvimento sustentável no longo prazo.

Com vistas na continuidade desse processo, no primeiro ano do atual governo foi realizado o Seminário de Planejamento Estratégico 2007-2010, com o objetivo de alinhar a agenda de desenvolvimento de longo prazo para o Estado, o Plano de Desenvolvimento ES 2025, com a agenda de quatro anos do Governo eleito. A consolidação dos resultados do trabalho e da reflexão da equipe de Governo durante o Seminário está documentada no “Diretrizes Estratégicas 2007-2010”, e apresenta a estratégia do Governo Estadual que está comprometido com a necessidade de atender às demandas emergenciais da população capixaba, sem perder a perspectiva de longo prazo inspirada na missão de lançar as bases para a construção de um desenvolvimento equilibrado e sustentável do futuro desejado para o Estado do Espírito Santo.

Para concretizar as ações e projetos definidos para o período 2007-2010, que estão alinhados aos projetos do Plano de Desenvolvimento ES 2025, foi estabelecida uma estratégia de desenvolvimento ancorada em 12 eixos sinérgicos: redução da pobreza; educação; defesa social e justiça; desenvolvimento econômico; interiorização do desenvolvimento e agricultura; rede de cidades e serviços; logística e transportes; meio ambiente; identidade e imagem capixaba; inserção estratégica regional; gestão pública e qualidade das instituições; e saúde. Este último eixo, que no Plano de Desenvolvimento ES 2025 encontra-se diluído nos demais eixos, foi inserido pela necessidade de proporcionar maior visibilidade e foco as ações e projetos específicos da área de Saúde. O documento “Diretrizes Estratégicas 2007-2010” através desses eixos estratégicos, portanto, têm como principal compromisso o de identificar os grandes desafios para o desenvolvimento sustentável do Estado, bem como estabelecer prioridades de ação e principais produtos e resultados à sociedade até 2010.

Um dos destaques que surge no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, e também se encontra no Diretrizes Estratégicas 2007-2010, é a identificação da necessidade do desenvolvimento regional, através do estabelecimento de uma rede de cidades capixabas. Ou seja, o fortalecimento da centralidade regional dos municípios pólos do Estado, com a prestação de serviço que atendam a sua própria demanda e aquela proveniente da sua área de influência.

REDES URBANAS BRASILEIRAS

Até a década de 50 a rede urbana brasileira era fragmentada, esparsa, desarticulada, baseada em núcleos na faixa litorânea, o que perpetuava a herança da economia primário exportadora exercida até aquele período (MATOS, 2000). Posteriormente com o crescimento econômico das décadas seguintes a rede urbana brasileira começou a evoluir com rapidez, e complexidade, alcançando cidades de vários tamanhos inclusive com a formação de centros metropolitanos.

No período dos anos 50 e 60 o Brasil passou por um processo intenso de concentração populacional e superpovoamento urbano (STEINBERGER & BRUNA, 2001). Neste período também são registrados, além de um alto crescimento vegetativo da população, a alta taxa de migração interna principalmente ligada ao êxodo rural. Dos anos 70 ao ano de 2000 a população urbana, segundo o IBGE, passou de 53% para 83% da população com residência permanente. Fato também registrado no Espírito Santo, que apresentou o crescimento na população urbana com residência permanente de 46% em 1970 para 81% em 2000. Sendo que 48% da população residente encontram-se na região metropolitana.

A partir dos anos 70 a temática urbana também começa a figurar nos Planos Nacionais como uma intenção real de estabelecer uma política urbana nacional. Como pontos importantes, podemos ressaltar a preocupação com as questões urbanas, ligadas a redistribuição espacial, migração, habitação, saneamento e as questões metropolitanas, e com a relação da temática urbana com a regional.

Neste mesmo período iniciam-se os questionamentos com relação às cidades médias e suas importâncias estratégicas. Cidades com tamanhos e funções específicas, suficiente para oferecerem um largo leque de bens e serviços na sua área de influência; sob outro ponto, desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional; e, com capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural.

As cidades médias encontram espaço nas políticas públicas traçadas a nível nacional e regional. Entretanto nem todos os estados conseguem desenvolver políticas para o fortalecimento de suas cidades médias.

As questões e fatos observados no cenário nacional não se distanciam do cenário estadual, imensas diferenças estão estabelecidas seja no porte ou na

estrutura das economias regionais, assim como na capacidade de cada uma delas de se apropriar da renda derivada da sua produção, na incapacidade resolutive do Estado nos temas complexos como a violência, a educação, a saúde, entre outros. Essas desproporcionalidades se reproduzem temporalmente e espacialmente, associadas a desiguais oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

A industrialização e a urbanização como faces do desenvolvimento econômico regional brasileiro proporcionaram a ascensão dos serviços – em particular os serviços produtivos¹ – reforçando a polarização urbana antes exercida majoritariamente pela indústria. Com a melhoria das condições tecno-produtivas – em particular a logística e o transporte – houve uma descentralização de algumas atividades produtivas, em particular para algumas capitais estaduais e cidades de municípios do seu entorno mais imediato (suas periferias econômicas e áreas de influência).

As diversas regiões brasileiras não possuem as mesmas condições e instrumentos para fazer frente às transformações socioeconômicas associadas ao processo de globalização, o que tem se estabelecido como um outro componente gerador de diferenças. As contradições implícitas na nova ordem global colocaram em questão o desenvolvimento de regiões inteiras.

Escalas e diversidade urbana, a base científica e tecnológica, a intensidade tecnológica das atividades produtivas e a rede de transportes são critérios importantes que estabelecem centralidades e áreas de influência, que permitem a construção de uma hierarquia e rede de cidades. Nesse contexto, articular em várias escalas os planejamentos nacionais e regionais com as redes de cidades respectivas passou a ser uma condição necessária para uma maior eficácia nas ações de desenvolvimento.

¹ Serviços produtivos abrangem as atividades intermediárias da produção, tais como serviços financeiros, jurídicos, de informática, de engenharia, de auditoria, de seguros, de corretagem, de consultoria, de propaganda e publicidade. A tipologia dos outros serviços: serviços distributivos – compreendem o armazenamento, comércio, transporte e comunicação; serviços sociais – atividades voltadas à sociedade como a administração pública, defesa e segurança nacional, associações de classe, saúde e educação; e, os serviços pessoais que correspondem as demandas individuais como lazer, higiene pessoal, limpeza, bares e restaurantes, vigilância e reparação.

REDE URBANA CAPIXABA

O Espírito Santo, durante seu ciclo de desenvolvimento nas décadas de 70 a 90, experimentou um processo de crescimento econômico concentrado na região metropolitana, como ocorreu em vários outros estados no Brasil. A concentração metropolitana excessiva, de maneira geral, pode implicar em deseconomias de escala, perda da qualidade de vida da população e concentração de problemas urbanos complexos. Principalmente por considerarmos que cada vez mais as cidades sustentam e difundem atividades econômicas, sociais, políticas e culturais sobre toda a área do entorno (ES 2025, 2006). A concentração excessiva na metrópole contribui para um sistema urbano precário.

Nos últimos 30 anos, a economia capixaba apresentou uma taxa de crescimento elevada, superior à média brasileira: 6,2% anuais no estado do Espírito Santo contra 4,1% anuais do Brasil. No entanto, este crescimento concentrou-se predominantemente na Região Metropolitana da Grande Vitória, no bojo da implantação de grandes projetos de industrialização. Ao mesmo tempo, outros pólos que irradiavam dinamismo, como Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Colatina, começaram a perder espaço na economia estadual. Atualmente, 63% do PIB estadual estão concentrados na RMGV – Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Fundão, Guarapari, Viana – e 80% quando considerada a Macrorregião metropolitana (total de 32 municípios, municípios de regiões circunvizinhas a região metropolitana).

Este quadro de desequilíbrio tende a ser agravado mediante a perspectiva de expansão dos grandes projetos e do setor petróleo, caso este venha combinado a uma situação de baixos investimentos no interior do estado.

Sob uma perspectiva de longo prazo, a redução dessa tendência de concentração em torno da metrópole exige estratégias específicas de reforço da dinâmica econômica no interior. Por isso, o fortalecimento dos arranjos e cadeias produtivos de alta relevância regional deve ser visto como um importante vetor da interiorização do desenvolvimento.

Dentre os setores existentes, destacam-se os de mármore e granito, confecções e vestuário, florestal-moveleiro, fruticultura, metalmeccânico, café, turismo e pecuária leiteira como propulsores do processo de interiorização. Além de fortalecer a base econômica regional, são também necessárias iniciativas de atração de investimentos e de melhoria das condições de competitividade sistêmica nessas áreas.

REDE DE CIDADES NO ESPÍRITO SANTO 2025

Durante a elaboração dos documentos foram levantados, através das entrevistas e pesquisas com a sociedade, os principais pontos nos quais se deveriam tratar com maior destaque nos anos subsequentes ao Plano para realizar o desenvolvimento sustentável ao longo prazo.

Desta forma, no Plano de Desenvolvimento ES 2025, a visão de futuro para o Eixo Desenvolvimento da Rede de Cidades foi definida como:

“Maior equilíbrio urbano: desenvolvimento da rede de cidades

O capixaba gozará de um clima de paz e a maioria viverá em cidades que se articulam em redes e que crescem de maneira ordenada.

Por se tratar de um grande centro provedor de serviços avançados e por ser o principal intermediário das relações entre o Espírito Santo e os mercados interno e externo, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) consolidar-se-á como núcleo qualificado de integração sócio-econômica. Além disso, Vitória será reconhecida em todo o País como a capital nacional da qualidade de vida!

As principais cidades capixabas – Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Nova Venécia – e as cidades com alto crescimento esperado – Aracruz e Anchieta – e seus respectivos entornos regionais, bem como as principais municipalidades do Caparaó e da Região Serrana, formarão uma rede integrada de equipamentos e de serviços de elevada qualidade e complexidade nos campos da educação, saúde, formação profissional, finanças, logística e cultura. Propiciarão, assim, a ampliação do acesso a tais serviços em todas as porções do território.

A construção desta rede de cidades equilibrada será induzida por iniciativas estratégicas que seguem a lógica da integração de cidades utilizando como vetor o desenvolvimento de uma rede de serviços (serviços avançados e serviços tradicionais) focada na complementaridade entre os diversos espaços sócio-econômicos.

Particularmente relevante neste terreno será a estruturação das redes de serviços de saúde. Nesse sentido, o Espírito Santo experimentará uma expansão de sua capacidade de atendimento nas quatro macrorregiões e contará com serviços de saúde descentralizados tanto no que refere à distribuição territorial quanto no tocante às variadas especializações de cada ponto da rede. Coexistirão, assim, grandes centros hospitalares, de elevada complexidade, articulados com o setor privado e instalados nos principais centros urbanos, que serão complementados por uma teia de centros médico-hospitalares públicos e filantrópicos integrados, de alta qualidade, localizados nos municípios de menor porte da rede de cidades.

Além disso, cada vez mais, as cidades capixabas serão pensadas, planejadas e geridas sob a ótica de redes, e cada uma delas será provida de instrumentos de gestão urbana e territorial adequados para fazer face ao crescimento populacional.

Assim, com “centralidades” regionais fortalecidas que irradiam dinamismo e se complementam com seus municípios de entorno, o Espírito Santo será um ambiente ainda mais propício ao desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões: econômico, social, ambiental, cultural e político-institucional.”

A definição da visão de futuro foi construída, com base nas questões-chaves, levantada através de pesquisa e entrevistas. Sendo que ao contrário do que

muitos acreditam, o elevado dinamismo econômico não se concentrará apenas na metrópole, será disseminado por todo o Estado, principalmente pela região litorânea. Para reverter a tendência de concentração excessiva da riqueza e das oportunidades no litoral – sobretudo na RMGV – existe a proposta um conjunto de iniciativas integradas envolvendo os mais diversos atores sociais, econômicos e políticos, visando reforçar a dinâmica econômica do interior, apoiando-a nas vocações e especializações regionais.

Deste modo, em paralelo ao desenvolvimento de uma rede de cidades mais equilibrada, serão combinados incentivos à exportação e maciços investimentos em inovação, qualidade, inteligência de mercado e infra-estrutura, nas cadeias produtivas capixabas de alta relevância regional – rochas ornamentais, confecções e vestuário, florestal-moveleiro, fruticultura, metal-mecânica, cafeicultura, turismo e pecuária leiteira – para torná-las competitivas no Brasil e no mundo. Estes arranjos produtivos serão, em última instância, os grandes vetores do desenvolvimento econômico no interior do Estado e, combinados, serão responsáveis pela maioria absoluta dos empregos gerados no Estado a cada ano. A estratégia de interiorização possibilitará a atração de investimentos privados para o interior do estado, com foco nas suas principais vocações e potencialidades.

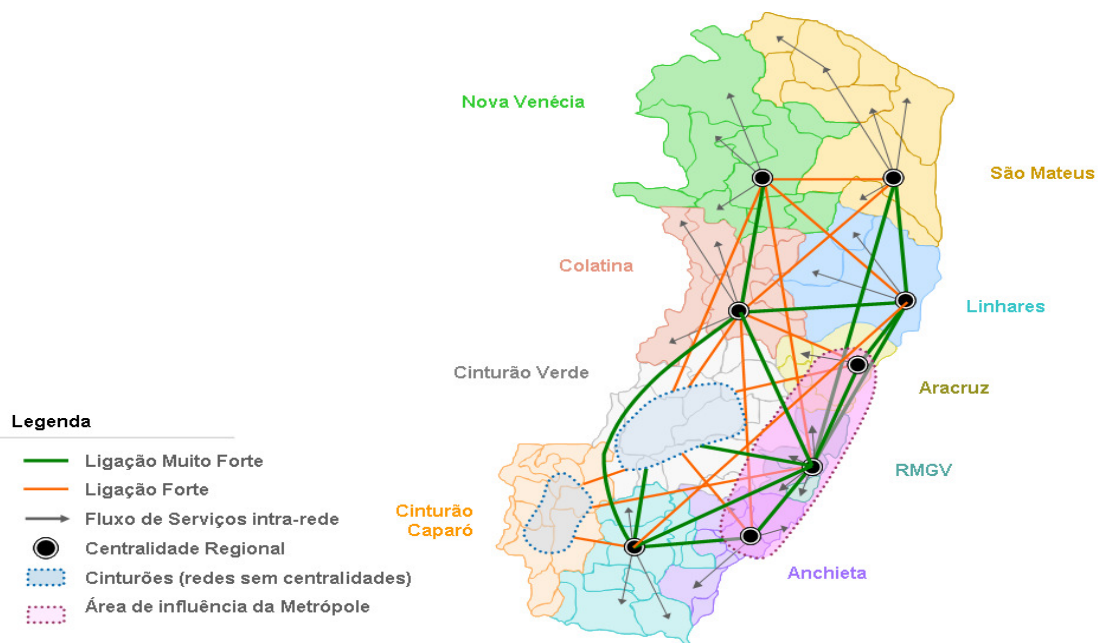
Induzir o fortalecimento de um sistema urbano, através da identificação das centralidades e dos serviços ofertados, resultam em uma rede de cidades mais equilibrada que propicia um desenvolvimento territorial de melhor qualidade. Assim, o desenvolvimento de uma rede de cidades requer o fortalecimento da capacidade de polarização das cidades que a compõe.

As centralidades urbanas devem estar preparadas para a prestação de serviços e disponibilização de bens que atendam sua própria demanda e aquela proveniente dos municípios de sua área de influência, principalmente nas áreas de saúde; educação e formação profissional e tecnológica; cultura; finanças; logística; energia; comunicações e demais serviços públicos. Outros fatores que atuam diretamente no fortalecimento da rede, são a promoção de investimentos, a qualidade do meio-ambiente e a disponibilidade de habitações.

No Plano de Desenvolvimento ES 2025 foi definido uma configuração de rede de cidades capixabas como referência básica de planejamento para fins de otimização e distribuição espacial adequada dos investimentos públicos e privados.

O principal objetivo é constituir um conjunto sinérgico de cidades dinâmicas, equilibradas e sustentáveis.

ES 2025 Rede de Cidades



Fonte: ES 2025, 2006.

O Eixo do Desenvolvimento da Rede de Cidades, e o grupo de projetos relacionados abaixo, tem como objetivo principal procurar intervir para alterar a atual tendência de forte concentração na Região Metropolitana. Através do fortalecimento relativo da importância das cidades regionais, criando desta forma um ambiente mais propício ao desenvolvimento sustentável no Estado.

Desenvolvimento da Rede de Cidades:

- Planejamento e Gestão de Cidades (projeto âncora);
- Desenvolvimento da Região Metropolitana Grande Vitória;
- Rede de Cidades Cachoeiro de Itapemirim;
- Rede de Cidades Colatina;
- Rede de Cidades Linhares;

- Rede de Cidades São Mateus;
- Rede de Cidades de Nova Venécia;
- Desenvolvimento Urbano de Aracruz e Região de Impacto;
- Desenvolvimento Urbano de Anchieta e Região de Impacto;
- Rede de Cidades Serranas;
- Rede de Cidades Caparaó; e
- Expansão com Qualidade da Habitação Urbana.

Aos projetos estão associados objetivos como o de induzir os municípios a utilizarem instrumentos de gestão como planejamento estratégico, planos diretores, ordenamento territorial, legislação municipal e estadual adequadas, assim como práticas de gestão democráticas e inovadoras. Outro objetivo associado é estabelecer bases para a promoção de uma visão regional mais abrangente, focada na complementariedade dos processos de desenvolvimento, propiciando uma visão mais integral e global do desenvolvimento sustentável.

REDE DE CIDADES NO DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 2007-2010

No documento “Diretrizes Estratégicas” o eixo de Rede de Cidades e Serviços foi construído sob o ponto de vista dos atuais questionamentos sobre o tema. Desta forma destaca-se a preocupação de reter a população no interior através da melhoria na qualidade dos serviços e bens, e do fortalecimento das centralidades urbanas. O novo ciclo de desenvolvimento tem gerado expectativas, e possibilidades de um forte desenvolvimento estadual junto a sociedade

Principais desafios e linhas de ação

O maior destaque, e desafio, é reverter a concentração excessiva na região metropolitana do Estado. Em 2004, a RMGV já concentrava 46,4% da população do estado. O crescimento econômico, principalmente pela expansão de atividades ligadas ao setor de petróleo, contribuirá nos próximos anos com taxas relativamente altas de crescimento populacional.

Em comparação com os outros estados brasileiros, o Espírito Santo tem apresentado taxas de crescimento acima da média nacional, com especial atenção para a RMGV. Entre 2000 e 2003, a população brasileira cresceu, em média, 1,37% anuais, a capixaba cresceu 1,62% e a da RMGV expandiu em 2,72% (Fonte: IBGE e IJSN). Desta forma, combinar crescimento populacional e desconcentração territorial converte-se em um importante desafio a ser enfrentado nos próximos anos.

A importância de um sistema urbano adequado, com uma rede de cidades equilibrada onde as cidades se constituem, cada vez mais, como suporte e fonte irradiadora de atividades econômicas, sociais, políticas e culturais sobre toda a área de influência destas, possibilita um desenvolvimento territorial de melhor qualidade, com benefícios mais amplos para a sociedade.

A melhoria do sistema urbano requer o fortalecimento do sistema de planejamento da rede de serviços públicos territorialmente referenciados. Os municípios, assim como o Estado, devem ser incentivados a adotar, sistematicamente, instrumentos de planejamento e gestão para a melhoria da execução dos serviços, na otimização e distribuição espacial dos investimentos, e no controle e fiscalização das partes. O compromisso maior deve estar em articular o

atendimento às demandas locais, garantindo o desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do estado.

O Eixo de Rede de Cidades e Serviços na realidade incorpora e fortalece diversas áreas como saúde, educação, formação profissional, defesa social, mobilidade e acessibilidade, habitação, saneamento, comunicações, assistência social, energia, justiça, lazer, cultura e esportes. Consideradas como áreas com forte poder de polarização e difusão. Inclusive ações que visem a integração, dinamização e modernização da rede de transportes e logística apresentam caráter estratégico no fortalecimento das cidade pólo, no que diz respeito a mobilidade e acessibilidade.

Prioridades e principais entregas 2007-2010

- Buscar o desenvolvimento da rede de cidades capixabas, por meio do fortalecimento da centralidade regional dos municípios-pólo do Estado;
- Fortalecer o sistema de planejamento da rede de serviços públicos territorialmente referenciados: saúde, educação, formação profissional, defesa social, mobilidade/ acessibilidade, habitação, saneamento, comunicações, assistência social, energia, justiça, lazer, cultura e esportes;
- Incentivar os municípios à adoção de instrumentos de planejamento e gestão adequados.

Com relação às principais entregas do eixo destaca-se o Projeto do Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades do Espírito Santo.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES

O Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades foi desenvolvido no âmbito da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo, sempre contando com a colaboração e participação das demais áreas de Governo e do setor privado. Através de seminários e reuniões de trabalho foram estabelecidas as principais diretrizes para a elaboração do Plano.

A execução do Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades contará com o envolvimento e participação de consultoria externa ao Governo junto a equipe da secretaria.

Os objetivos específicos do Plano são:

- apresentar proposta de uma nova divisão político-administrativa para o Estado, agrupando os municípios em macro regiões de planejamento e micro regiões de gestão administrativa, de forma a atualizar a Lei Estadual nº 5.120/95, que dispõe sobre essas divisões, realizando os ajustes necessários em cada município e região. Essas divisões devem agregar os municípios, favorecendo a atuação regional conjunta dos órgãos da administração pública estadual. Além disso, deve consensar com regionalizações oficiais setoriais existentes, respeitando as peculiaridades da metodologia adotada para elaboração de cada uma.
- construir uma regionalização do Estado do Espírito Santo que permita subsidiar a escolha e localização de projetos de investimentos. Essa regionalização articulada a políticas públicas estruturantes visará uma distribuição mais equilibrada do desenvolvimento econômico estadual no período 2009-2025, e, também, de deverá dialogar com as outras regionalizações oficiais e com regionalizações não-estaduais que de algum modo influenciam o desenvolvimento econômico estadual, tais como PPAs, regionalizações em estado contíguos e outros planos espacializados de investimento utilizados por agentes privados ou públicos não-estaduais (grandes incorporadores, planos de expansão de grandes empresas, bancos de desenvolvimento, agências de desenvolvimento etc).
- elaborar um estudo sobre a evolução da rede de cidades no Espírito Santo. A identificação da rede de cidades deverá levar em conta três

critérios complementares e combinados: o econômico, o ambiental e sócio-político. O estudo identificará as cidades pólos e suas áreas de influência por meio do dimensionamento da força polarizadora que, juntamente com os biomas, deverão indicar o número de regiões a serem consideradas. Além disso, deve considerar que a rede de cidades deve ser parte constituinte da regionalização.

- desenhar cenários tendenciais e intervencionais para o segundo e terceiro item acima.

Etapas de trabalho

Como etapa inicial temos a construção conjunta de uma agenda de trabalho. Etapa que contempla o planejamento, organização e programação das etapas que compõe o trabalho a ser executado, com a finalidade de promover e assegurar a qualidade dos produtos e o cumprimento dos prazos. Outro ponto de destaque desta etapa é o alinhamento da equipe que conduzirá e coordenará os trabalhos. Desta fase participará o Instituto de Pesquisa Estadual, a consultoria e a Secretaria promotora do projeto.

Etapa 2 – Avaliação da economia capixaba (2000-2008)

Nesta etapa será definido o cenário macroeconômico que servirá de referência para o Plano. Esse cenário será traçado com base em estudos sobre o desempenho da economia capixaba no período de 2000 a 2008.

Etapa 3 – Rede de transporte estadual e regional (2006-2025)

Um insumo importante para qualquer regionalização, e construção da rede de cidades, é a identificação da malha de transporte e os equipamentos que lhe são pertinentes. Quando essas duas dimensões são combinadas, temos um indicador importante de mobilidade espacial de bens e pessoas, indicando inclusive o grau de acessibilidade. Portanto, para a identificação de uma rede de cidades é decisivo o mapeamento do sistema de transporte estadual e regional. Registrando principalmente a estrutura atual, as mudanças mais importantes nos fluxos de bens e pessoas e os principais projetos na área de transportes e logística que impactarão nessa estrutura até 2025.

Etapa 4 – Regionalização e rede de cidades atual (2000-2008)

A hierarquia urbano-regional ordena as escalas territoriais. Os pólos estão no topo da escala territorial e organizam regiões muitas vezes heterogêneas. Neste sentido, a regionalização deve partir da escala do “macro-pólo” estadual, descendo às escalas “meso” e “micro”. Isto permite identificar os recortes polarizadores de diferentes escalas e, para cada um deles, traçar uma política pública específica. O objetivo dessa etapa é, portanto, estabelecer uma nova regionalização para o estado e identificar a rede de cidades característica do período 2000-2008 sua estrutura e a intensidade das conexões. Para tanto serão necessárias reunir estudos nas áreas agropecuária, industrial e de serviços dos municípios do Espírito Santo.

Etapa 5 – Avaliação de investimentos estruturantes e estimativas do fluxo migratório (2008-2025)

O objetivo dessa etapa é iniciar o dimensionamento das mudanças nos fluxos e estoques de bens e serviços e seus encadeamentos setoriais a partir de cada investimento registrado (“impacto marginal do investimento”). Os investimentos a serem privilegiados são os “estruturantes”, ou seja, aqueles que geram impactos significativos na organização espacial e setorial das atividades. Esses investimentos produzem impactos positivos e negativos que não podem ser absorvidas pela atual organização produtiva e espacial da economia, logo, eles são capazes de gerar mudanças estruturais. Além disto, tais investimentos devem dialogar com as estimativas de fluxos migratórios dentro do estado.

Os investimentos estruturantes terão os registros dos setores de atividade, escala, escopo, localização, emprego e volume investidos, além de outras informações complementares (período 2008-2025). Os fluxos migratórios dentro de estado e suas interações com os investimentos estruturantes previamente definidos. O conjunto de investimentos considerados estruturantes para o período (2000-2008) que será referência para o estudo na formulação de políticas de intervenção e de projeção da rede de cidades.

Etapa 6 – Políticas para intervenção nos pólos (2009-2025)

A função dessa etapa é propor políticas de intervenção nos pólos é avaliar criticamente a estrutura dos pólos. Essas políticas terão como objetivos (a) construir uma rede de cidades mais equilibrada, (b) minimizar o peso da RM de Vitória em um novo cenário estadual, (c) interiorizar a economia estadual e (d)

integrar os municípios rompendo isolamentos regionais. Esta etapa será realizada através de entrevistas com lideranças empresariais, políticas e instituições públicas chaves no desenvolvimento dos pólos regionais selecionados como os mais importantes para a construção de uma rede de cidades. Como produto, teremos as principais políticas para intervenção nas cidades consideradas pólos na nova configuração da rede de cidades do Espírito Santo (2025).

Etapa 7 – Rede de cidades prospectiva (2025)

Apresentar os cenários tendencial e com intervenção. Ao incorporar as intervenções propostas na etapa 5, ter-se-ia um cenário com intervenção pública. Assim, ao final, essa etapa apresentará dois cenários para o Espírito Santo que poderão ser utilizados para subsidiar o planejamento estadual. Na análise e elaboração da Rede de Cidades Prospectiva deverá ser considerada a influência do entorno regional imediato (leste MG, Sul da BA, norte do RJ) para dentro do estado e vice-versa. Como produto, teremos dois cenários para a rede de cidades do Espírito Santo: um tendencial e outro com políticas públicas que visem interiorizar, integrar e equilibrar a rede de cidades estadual.

Etapa 8 – Nova divisão político-administrativa do Estado

A partir do conjunto de estudos anteriores, nessa etapa será apresentada uma nova divisão político-administrativa do estado. Essa regionalização explicitará tanto os investimentos estruturantes e seus desdobramentos no território, como também as intervenções necessárias para se ter ao final do período de planejamento (2025) uma rede de cidades mais equilibrada e integrada. O principal produto é a nova divisão político-administrativa do estado.

Etapa 9 – Transferência de metodologia

Esse módulo não corresponde a um trabalho específico, mas sim a uma atividade de transferência de tecnologia (metodologia do estudo). O Instituto de pesquisa do Estado foi indicada com a instituição parceira desse projeto, ou seja, acompanhará o trabalho com o intuito de prospectivamente elaborar seus próprios estudos de forma independente. Técnicos do Instituto serão os interlocutores diretos desse projeto, em particular na apreciação dos relatórios intermediários e finais.

A previsão de duração de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Rede de Cidades do Espírito Santo é de 7 meses.

Serão realizados durante a elaboração do Projeto do Plano seminários para validação e acompanhamento das etapas com um equipe de representantes de diversas áreas de interesse como saúde, educação, formação profissional, defesa social, mobilidade e acessibilidade, habitação, saneamento, comunicações, assistência social, energia, justiça, lazer, cultura e esportes. Seminários regionais estão sendo planejados como forma de fomentar questionamentos, de divulgar e fortalecer o comprometimento com os produtos gerados pelo Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após uma breve análise, podemos perceber a necessidade de reorganização do sistema urbano e do fortalecimento da rede de cidades no Estado do Espírito Santo. Nota-se claramente a concentração excessiva de influência da capital, e da região metropolitana, no Estado. As centralidades urbanas irradiam pouco, com baixa oferta de serviços e bens eficazes nas áreas de entorno. Inclusive pode ser constatado isso nos trabalhos publicados pelo IBGE, como por exemplo, na publicação das Regiões de Influência das Cidades (2007).

Diante desse contexto de avanço das mudanças territoriais e a complexidade dos novos processos de produção e reestruturação do espaço econômico-geográfico, o Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidade do Espírito Santo propõe atualizar o estudo sobre a rede urbana capixaba. Pretende-se, ainda, uma organização econômica e funcional das cidades pólo e, conseqüentemente das localidades próximas, equiparando-as em termos de infra-estrutura e serviços, habilitando tais áreas como alternativas de geração de renda e emprego, além de incrementar e diversificar as atividades econômicas.

Em conseqüência do Plano, as expectativas apontam para uma reorganização do governo estadual, municipal, e inclusive o federal, no sentido do reconhecimento e fortalecimento da rede de cidades capixaba. Dessa forma fazendo emergir uma densa rede urbana onde se encontraram e instalaram várias atividades industriais, comerciais e de serviços, concentrando amplamente capital, poder político e força de trabalho. Articulando-se, pois, um Estado que possuirá um desenvolvimento regional equilibrado e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A.; SANTOS, A. M. S.; SERRA, R. V. **Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 747) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0747.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2009.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=281>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- _____. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998a (Texto para Discussão, 554). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0554.pdf>.
- _____. **Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998b (Texto para Discussão, 592). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0592.pdf>.
- COELHO, F. C. S. de B.; BERNI, D. de Á. (Coord.). **Diagnóstico sócio-econômico de Uruguaiana**. Uruguaiana: Campus Uruguaiana – PUCRS, 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.campus2.br/downloads/DiagnosticoVolumel.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2009.
- CROCCO, M.; RUIZ, R. M.; CAVALCANTE, A. **Redes e polarização urbana e financeira: uma exploração inicial para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20328.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2008.
- DIRETRIZES Estratégicas 2007-2010: mais oportunidades para os capixabas. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2007.
- ESPÍRITO SANTO (Estado) **Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento**. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006.
- MATOS, R. **Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2008.
- REGIÕES de Influência das Cidades 2007. IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público privado. In: ANDRADE, T. A; SERRA, R. V. (Orgs.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo2_cidademedias.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2008.

AUTORIA

Ana Ivone Salomon Marques – administradora e Especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

Endereço eletrônico: ana.marques@planejamento.es.gov.br

Guilherme Lucas Barcelos – economista e Mestre em Economia.

Endereço eletrônico: guilherme.barcelos@planejamento.es.gov.br

Sabrina Caliman Tanaka – analista em Relações Internacionais e Especialista em Gestão Empresarial.

Endereço eletrônico: sabrina.tanaka@planejamento.es.gov.br

Filiação Institucional – Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Estado do Espírito Santo.